

Desigualdade, Pobreza e Programas de Transferência de Renda na América Latina é o tema da Revista de Políticas Públicas (RPP) v. 13, n. 2, julho/dezembro de 2009, periódico científico semestral do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas da Universidade Federal do Maranhão.

A escolha do tema fundamenta-se na profunda articulação dos três eixos temáticos configurativos do presente volume da RPP, considerados na sua relevância histórica e contemporânea para a América Latina.

As abordagens explicativas sobre a pobreza têm frequentemente recorrido a duas noções: insuficiência de renda para manutenção de condições básicas para reprodução biológica e desigualdade na distribuição de recursos, originando a concepção de pobreza absoluta e pobreza relativa.

A pobreza absoluta tem como critério para sua definição o atendimento das necessidades mínimas para reprodução biológica, referindo-se a uma renda insuficiente para obtenção dos bens e serviços considerados essenciais para permitir a reprodução puramente física das pessoas (nutrição, vestuário, moradia, saúde, aquecimento).

Pelo critério relativo, sociocultural, tem-se a pobreza relativa que considera a estrutura e a evolução da renda média de um determinado país. O que significa dizer que, a concepção de pobreza relativa se fundamenta na idéia de desigualdade de renda e de privação relativa em relação ao modo de vida dominante em determinado contexto, tendo como referência a renda nacional e, considerando não só as necessidades essenciais, mas também as possibilidades oferecidas pela sociedade. Assim, a pobreza relativa expressa a desigualdade e situa o pobre abaixo de uma determinada escala referida às rendas inferiores ao limite da renda média ou mediana de uma população.

Portanto, os enfoques da pobreza absoluta e da pobreza relativa se complementam ao evidenciar aspectos diferentes da pobreza: insatisfação das necessidades básicas e desigualdades entre a base e o ápice da pirâmide social. Nesse aspecto, torna-se necessário situar as normas de fixação da pobreza numa perspectiva dinâmica, ou seja, histórica, capaz de captar as mudanças socioeconômico-culturais das sociedades, visto que tanto a noção de necessidades básicas como de desigualdade social se alteram no tempo e no espaço.

A questão da pobreza e da profunda desigualdade econômica e social que tem marcado historicamente os países da América Latina tem assumido centralidade no âmbito das políticas públicas de corte social no Continente. Nesse contexto, os programas de transferência de renda têm sido adotados como alternativa privilegiada de política para o enfrentamento da pobreza e da desigualdade econômico-social, sobretudo, a partir dos anos 1990.

Na América Latina, entre outros, merecem destaques vários programas de abrangência nacional, focalizados em famílias pobres e extremamente pobres com transferência de renda condicionada, tais como: o **Programa Oportunidades** do México, criado em 1997 para atender a famílias pobres do meio rural, estendido, em 2001, para localidades urbanas e atingindo todo o país em 2002; o **Programa Jefas e Jefes de Hogar**, criado na Argentina, em 2002, dirigido a desocupado (a) que, ao mesmo tempo, seja chefe de família e com filhos sob sua responsabilidade, tendo sido recentemente instituído também, na Argentina, um programa de transferência de renda direcionado aos filhos dos trabalhadores informais e filhos de desocupados; o **Programa Chile Solidário**, criado em 2002 no Chile, constituído de três componentes: apoio à família; vários subsídios monetários e acesso prioritário a outros programas

de proteção social; o **Programa Avancemos**, ação estratégica do Plano Nacional de Desenvolvimento 2006-2010 de Costa Rica; o Programa **Ingreso Ciudadano**, instituído no Uruguai, em 2005, no âmbito do Plano de Atención a la Emergencia Social; o Programa de **Asignación Familiar** (PRAF), em Honduras e o **Red de Protección Social** (RPS) na Nicarágua, ambos desenvolvidos com aporte de recursos externos. No Brasil, o destaque é o **Programa Bolsa Família**, criado em 2003, direcionado a famílias pobres e extremamente pobres, tendo como condicionalidades a frequência de crianças à escola e a postos de saúde, constituindo-se num programa massivo que atende a mais de 12 milhões de famílias, em todos os 5.564 municípios brasileiros, com um orçamento mensal para 2010 em torno de um bilhão de reais, o que faz do Bolsa Família o maior programa de transferência de renda do mundo.

Considerando a estruturação da RPP em três partes, na primeira parte encontram-se os artigos, entrevista e resenha de livro que compõem o Dossiê Temático. A segunda parte é composta por outros artigos que abordam questões de relevância para as Políticas Públicas e a terceira parte é constituída por um conjunto de comunicações sobre a RPP.

O tema do presente número da RPP: **Desigualdade, Pobreza e Programas de Transferência de Renda na América Latina** é desenvolvido pelos seguintes artigos:

O primeiro artigo, de autoria de Ximena Barráibar, trata do Ingreso Ciudadano, programa de transferência de renda em desenvolvimento no Uruguai, direcionado para responder a situações de emergência social de famílias em situação de indigência. A autora destaca as contribuições e limites do programa para o enfrentamento da pobreza e da desigualdade no país. Desenvolve uma relevante problematização sobre o significado desses programas para a América Latina, situando-os na conjuntura do neoliberalismo.

Tem-se, em seguida, o artigo de Giselle Souza da Silva que, referenciada no marxismo acerca do capital que porta juros e de sua dinâmica, desenvolve uma problematização inovadora sobre a monetarização das políticas sociais. Procura demonstrar como uma nova lógica de financeirização reordena o padrão de proteção social no Brasil, destacando como essa lógica alcança a população mais pauperizada, promovendo a monetarização das políticas sociais por meio dos programas de transferência de renda.

Na terceira contribuição, Aline Fátima do Nascimento e Carlos Nelson dos Reis tratam da realidade dos programas de transferência de renda na América Latina, mediante uma análise desses programas, destacando as diferentes condicionalidades exigidas aos beneficiários em programas da Argentina, Brasil, Chile e México e confrontando-os com o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

Monique Borba Cerqueira, em seu artigo, apresenta uma reflexão bastante atrativa sobre a pobreza, situando esse fenômeno para além da destituição material. Critica a moral em torno das análises sobre a pobreza que procura uniformizá-la, o que termina tornando pejorativas várias dimensões da vida dos chamados “pobres”. Em suma, o artigo pretende desconstruir a impotência dos pobres, desvendando a instância de dominação própria das abordagens sobre a pobreza, mediadas pelo construto histórico, moral e político presente nessas abordagens.

Segue-se o artigo de Sílvia Fernandes Soto que trata do programa argentino de transferência de renda denominado Plan Jefes y Jefas de Hogar Desocupados, iniciado com uma caracterização da pobreza e da desigualdade na Argentina nas últimas décadas. A autora segue situando, nesse contexto, as implicações das reformas neoliberais sobre as transformações do sistema de proteção social argentino, no qual situa o programa objeto do artigo, analisando o processo de emergência, desenvolvimento e transições do referido programa.

No último artigo do Dossiê, Maria Lorena Molina e Yessenia Fallas Jiménez desenvolvem uma caracterização e análise do Programa Avancemos, em implementação em Costa Rica. Trata-se de um programa de transferência de renda que integra as ações atuais no campo das políticas sociais, cujo objetivo é contribuir para a permanência dos adolescentes no sistema de educação secundária. Segundo as autoras, trata-se de uma estratégia para situar o país nos mercados internacionais como provedor de mão de obra qualificada e com custos menores.

Enriquecendo ainda o tema **Desigualdade, Pobreza e Programas de Transferência de Renda na América Latina**, tem-se uma entrevista com Eduardo Matarazzo Suplicy, realizada por Maria Ozanira da Silva e Silva. A entrevista trata de questões relevantes sobre a temática, com especial destaque à Renda Básica de Cidadania, já instituída no Brasil mediante a Lei 10.835/2004, de autoria do entrevistado, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Finalmente, é apresentada uma resenha do livro coordenado por Maria Ozanira da Silva e Silva, sob o título: “O Bolsa Família no Enfrentamento à Pobreza no Maranhão e Piauí”, na qual Simone de Jesus Guimarães faz uma profunda análise do conteúdo do livro, destacando a relevância dos resultados de uma pesquisa empírica desenvolvida por pesquisadoras da Universidade Federal do Maranhão e da Universidade Federal do Piauí sobre o Bolsa Família em dois Estados pobres da federação.

Compondo, ainda, o presente número da RPP, tem-se alguns artigos que abordam questões atuais e pertinentes para aprofundamento de temas relevantes no campo das Políticas Públicas, tais como: política pública de emprego e renda; matricialidade da família na Política de Assistência

Social; os grandes projetos minerários e comunidades tradicionais na Amazônia; violência nas novas democracias latino-americanas, considerada a partir do Ministério Público e da efetivação de direitos; respeito à diferença, visto com base nas contribuições da teoria das representações sociais para as políticas de saúde voltadas para as populações indígenas e participação popular nas políticas socioassistenciais na América Latina, numa comparação entre o Brasil e a Venezuela.

Aproveitamos ainda, o espaço deste Editorial, para comunicar aos nossos colaboradores e leitores, que a RPP se encontra em processo de indexação pela SciELO, já tendo sido aprovada na primeira etapa do

processo de seleção e avaliação de periódicos da coleção SciELO Brasil. Assim, esperamos que o presente número da RPP possa continuar contribuindo para a divulgação e socialização de temas pertinentes ao estudo das Políticas Públicas no Brasil e na América Latina.

Maria Ozanira da Silva e Silva

Doutora em Serviço Social pela Pontifícia
Universidade Católica de São Paulo;
Coordenadora da Comissão Editorial da Revista de
Políticas Públicas;
Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em
Políticas Públicas da Universidade Federal do
Maranhão;
Pesquisadora nível 1 A do CNPq.